



Câmara Municipal de Itabirito

REQUERIMENTO Nº ___, 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Requer apuração detalhada das razões que levaram à suspensão do Benefício Natalino dos servidores efetivos, incluindo análise dos gastos municipais, das declarações oficiais do Executivo e do eventual descumprimento da legislação vigente.

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais, requer que seja oficiado o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Fazenda, solicitando informações detalhadas e documentos comprobatórios referentes à execução orçamentária e financeira que resultou na suspensão do Benefício Natalino destinado aos servidores efetivos do Município de Itabirito.

Considerando, inclusive, que o não pagamento do referido benefício configura descumprimento de legislação municipal vigente, que assegura tal direito aos servidores, faz-se necessário o rigoroso acompanhamento desta Casa enquanto órgão fiscalizador.

Diante disso, requer-se:

1. Documentos e informações sobre provisão orçamentária

- a) Encaminhamento da previsão orçamentária anual contendo a dotação destinada ao Benefício Natalino dos servidores.

b) Indicação de quando e de que forma esses valores foram provisionados, conforme divulgado publicamente pela Prefeitura.

2. Demonstração dos gastos com cargos comissionados

- a) Encaminhar a folha completa dos cargos comissionados dos últimos 12 meses, com identificação dos cargos, salários, gratificações e custos totais.
- b) Encaminhar comparativo do número total de comissionados entre janeiro e dezembro de 2025.
- c) Esclarecer se houve aumento no número de cargos comissionados, criação de novas funções ou reajustes que impactaram o orçamento.

3. Impactos financeiros alegados pelo Executivo

- a) Encaminhar estudos, relatórios técnicos ou pareceres da Secretaria de Fazenda que justifiquem a incapacidade de pagamento do Benefício Natalino, cuja concessão é amparada por lei.
- b) Informar, de forma detalhada, quais receitas sofreram queda, em quanto e em qual período.
- c) Anexar documentos que comprovem insuficiência financeira ou quebra de previsão de arrecadação.

4. Publicação e integridade das declarações oficiais

- a) Encaminhar cópia integral dos vídeos, comunicados e notas oficiais publicados pela Prefeitura sobre o pagamento dos retroativos da Lei da Pandemia e sobre a existência de recursos provisoriamente garantidos.
- b) Explicar, de forma técnica, por que valores que supostamente estavam provisionados não foram utilizados para o Benefício Natalino, resultando no descumprimento da lei.

5. Prestação de contas geral

- a) Encaminhar o balanço orçamentário atualizado (até o último mês fechado), demonstrando despesas liquidadas, empenhadas e pagas.
- b) Informar todas as despesas extraordinárias executadas no segundo semestre de 2025.

c) Detalhar gastos com publicidade, eventos, contratações emergenciais e outras despesas que possam ter impactado o caixa municipal.

JUSTIFICATIVA

A suspensão do Benefício Natalino atingiu diretamente a vida de centenas de servidores efetivos e revela possível descumprimento de legislação municipal, que garante esse direito. Tal situação contraria os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, moralidade e transparéncia da Administração Pública.

Considerando que o Executivo divulgou publicamente que os recursos estavam provisionados, torna-se imprescindível esclarecer:

- O destino das verbas supostamente reservadas;
- Por que não foram utilizadas para a finalidade legalmente instituída;
- Se houve má gestão, priorização inadequada de despesas ou expansão de gastos com comissionados;
- Se houve omissão administrativa ou violação de direitos dos servidores.

O presente requerimento visa garantir o dever constitucional de fiscalização desta Casa Legislativa e assegurar total transparéncia ao servidor público e à população.

Sala de Reuniões, 15 de Dezembro de 2025

EZIO PIMENTA

VEREADOR